

Governo comemora e bancários protestam

*Estado e União já
preparam formalização
do acordo que vai
federalizar Banespa*

Os governos paulista e federal já podem fechar o acordo de renegociação da R\$ 37 bilhões da dívida com a União, o Banespa e a Nossa Caixa agora que o Senado já autorizou a rolagem das dívidas e a Assembléia Legislativa aprovou o projeto na madrugada de ontem.

O primeiro gesto do presidente da Assembléia, deputado Ricardo Trípoli (PSDB), ao encerrar a votação da rolagem da dívida de São Paulo com a União foi telefonar para o governador Mário Covas. "Governador, o projeto passou, 55 votos a favor, 29 contra", anunciou Trípoli. "Ótimo, estava

ansioso para saber o resultado", respondeu Covas.

Minutos antes da conversa com Covas, Trípoli ficara irritado com a chuva de moedas promovida pelos funcionários do Banespa, que pretendiam convencer os deputados a não aprovar a federalização do banco. "Covardes!", esbravejou Trípoli. "Dinheiro!", retrucaram os servidores.

Foram doze horas de debates, num clima tenso e nervoso. Apesar disso, Trípoli e o líder do governo, Walter Feldman, confiavam que o projeto passaria. Ambos assumiram o papel de "comandantes" do rolo compressor montado por Covas no Legislativo, após a adesão dos peemedebistas em troca da Secretaria da Habitação e diretorias de estatais.

A votação do projeto criou situação inusitada: o PPB uniu-se

ao PC do B e ao PT, contra o acordo. O prefeito eleito de Sorocaba, deputado Renato Amary (PSDB), viu-se cercado por um grupo de bancários e se explicou: "Agora não dá mais, vou votar constrangido, mas vocês sabem que não existe solução."

Agora, a bancada petista e a direção do partido estudam medidas judiciais para impedir a federalização do banco e a administração terceirizada que deverá assumir o Banespa por um ano.

Após a votação, na tarde de ontem, o clima na Assembléia era de ressaca. Com o fim da convocação extraordinária, a maioria dos deputados aproveitou para viajar para o Interior. Uma comissão mista, com quatro representantes da União e outros quatro do Estado, está preparando a formalização do acordo.